

PERPETUAR A MEMÓRIA: A ORAÇÃO FÚNEBRE AO PRÍNCIPE D. LUÍS, DE PEDRO JOÃO PERPINHÃO

HELENA COSTA TOIPA

Quando Cícero, em carta de Junho de 56 a.C., solicitava a um seu apoiante, amigo e correspondente, Lúcio Luceio¹, que lhe consagrasse uma monografia², glorificando os seus feitos, particularmente na questão de Catilina, que ocorrera durante o seu consulado, tinha ainda bem presentes os argumentos que utilizara, anos antes, na defesa do seu constituinte Árquias. Com efeito, para conseguir do júri a absolvição deste poeta sírio, acusado de ter falseado o seu direito de cidadania romana, e para que este lhe fosse finalmente concedido graças aos seus méritos, recorreu, entre outros, aos seguintes argumentos:

– que Árquias escrevera poemas que perpetuariam a glória de Roma;

¹ O político, magistrado e historiador Lúcio Luceio empreendeu, nos anos 50, a composição de uma história contemporânea, começando pelas Guerras Sociais; Cícero pediu-lhe, então, que glorificasse os seus feitos, numa monografia especial (Cic., *Fam.*, 5, 12):

Ardeo cupiditate incredibili neque, ut ego arbitror, reprehendenda, nomen ut nostrum scriptis illustretur et celebretur tuis. Quod etsi mihi saepe ostendisti te esse facturum, tamen ignoscas uelim huic festinationi meae. Genus enim scriptorum tuorum, etsi erat semper a me uehementer exspectatum, tamen uicit opinionem meam, meque ita uel cepit uel incendit ut cuperem quam celerrime res nostras monumentis commendari tuis. Neque enim me solum commemoratio posteritatis ad spem quamdam immortalitatis rapit, sed etiam illa cupiditas, ut uel auctoritate testimonii tui uel indicio beneuolentiae uel suauitate ingenii uiui perfruamur.

Em 45 L. Luceio escreveu a Cícero, por ocasião da morte de Túlia, e não se soube mais nada a partir daí. A monografia parece não ter sido composta (vd Pierre Grimal, *Cicéron*, p. 231).

² Plínio-o-Jovem faria, mais tarde, o mesmo pedido a Tácito (*Correspondência*, VII, 33). Muitos outros autores fazem o mesmo pedido, o que demonstra bem o papel que atribuem às letras na imortalização e perpetuação dos homens e dos seus feitos.

- que os mais famosos generais gostavam de ter a seu lado poetas que pudessem cantar os seus feitos, aos quais atribuíam grandes recompensas;

- que a glória proporcionada pelos escritos dos poetas eram um meio seguro para se alcançar a imortalidade;

- que esta era a única recompensa digna dos grandes feitos, que devia ser preferida mesmo às estátuas e a outros monumentos³.

Este homem de acção, que assim resolvia a dicotomia armas/letras, foi secundado pelo seu contemporâneo Júlio César, que resolveu, por si próprio, redigindo os seus *Commentarii*, imortalizar para a posteridade os seus feitos como homem de acção. Nos anos seguintes, na florescente época de Augusto, estes argumentos de Cícero tiveram um enorme peso e foram religiosamente acatados, graças principalmente ao empenhamento de alguns homens de acção, que assim se perpetuaram também como protectores das artes e dos artistas. Convencidos da imortalidade e da glorificação concedidas pelas letras, Asínio Polião, magistrado, historiador, orador, gramático e protector das artes, Messala Corvino, político, militar, orador, poeta gramático e também protector de poetas (Tibulo, Lígdamo, Sulpícia, entre outros), e principalmente Mecenas, político, conselheiro e agente diplomático de Augusto e protector das artistas (Virgílio, Horácio, Propércio, entre outros), têm um papel fundamental na glorificação deste período áureo da história romana e da figura de Augusto, bem como na imortalização dos seus próprios nomes. Mecenas, protector dos grandes nomes do período mais fulgurante da literatura latina, aos quais estava ligado por laços de grande amizade (Horácio, *Sátiras*, I, 6; I, 9; II, 6; *Epodo I*, etc), ficou para sempre imortalizado, juntamente com o regime e o imperador, na obra dos seus protegidos. Foi graças à actuação destes mecenas que as artes puderam florescer.

Papel preponderante neste domínio tiveram inequivocamente os panegíricos gregos e latinos, dentre os quais se pode destacar o *Panegírico de Trajano*, de Plínio. Diz Nair Castro Soares (1994:35-36):

Este género, representado pelo próprio Cícero, no Pro Marcello, conta com obras como o Panegyricus Messalae, em verso, atribuído durante muito tempo a Tibulo, o Laus Pisonis, dirigido com toda a probabilidade a

³ Cícero, *Pro Archia poeta*, §§ 20, 21, 24, 28, 29, 30 (vd. Bibl.). Coexistem na literatura antiga, estas duas ideias: que a poesia confere imortalidade e glória eterna aos homens celebrados por ela (Homero, *Iliada*, VI, 359; Teócrito, *Idílio XVI*; Propércio, *Elegias*, III, II, 17; Horácio, *Odes*; Ovídio, *Amores*, I, X, 62), mas confere também ao próprio poeta a fama imortal (Horácio, *Odes*, III, 30)

Calpúrnio Pisão, a obra perdida de Lucano, Laudes Neronis, e o Panegírico de Domiciano, de Estácio.

Um lugar de relevo, contudo, deve ser dado ao Panegírico de Trajano de Plínio-o-Moço, obra dirigida a um príncipe ainda vivo, onde se apresenta de forma acabada uma doutrinação política, que informa todos os tratados futuros. Justificam a fortuna deste panegírico a universalidade e a intencionalidade da caracterização da figura do príncipe e da sua acção.

(...) Entre nós, esta obra reveste-se de especial importância no séc. XVI: mereceu uma tradução de D. António Pinheiro e serviu de inspiração a João de Barros, no Panegírico de D. João III. Escrito em 100 a C., o Panegírico de Trajano de Plínio-o-Moço é seguido, alguns anos mais tarde, de vários outros de Frontão, endereçados ao imperador Adriano e a figuras proeminentes da época. (...) Mas as obras de Frontão não chegaram até nós, e, na literatura latina, só no séc. IV encontramos continuidade no género panegírico. É desta altura uma colectânea, XII Panegyrici ueteres (introduzida pelo Panegírico de Plínio), que reúne todo um corpus do séc. IV (...).

Para a eterna lembrança, na terra, dos feitos dos homens mortais e efémeros, para a perpetuação da sua memória, contribuíram definitivamente, nos séculos XV e XVI, os humanistas. Ouvindo as longínquas palavras dos clássicos greco-latinos e tentando concretizá-las, adoptaram, em larga escala, a composição de orações panegíricas, discursos laudativos de soberanos, príncipes e nobres, a quem queriam normalmente agradecer ou agradecer, na senda do já remoto *Panegírico de Trajano*, de Plínio-o-Jovem.

A este tipo de orações panegíricas⁴ pertencem também as orações ou discursos fúnebres, pronunciados nos Colégios ou Universidades, por latinistas exímios e mestres reputados, por ocasião das exéquias ou dos aniversários da morte de reis, príncipes ou nobres.

A morte, em 1555, do príncipe D. Luís, irmão de D. João III, o último a morrer antes do próprio rei, em 1557, sobrevivendo-lhes apenas o Cardeal D. Henrique e a Infanta D. Maria, meia-irmã, filha resultante do 3º casamento de D. Manuel, suscitou um conjunto de composições desta natureza em prosa e em verso.

A oração sobre que nos debruçaremos, *Laudatio funebris Ludouici principis, Ioannis Tertii Lusitaniae regis, germani fratris oratio*, foi composta pelo padre jesuíta Pedro João Perpilhão e dita em Dezembro de 1555 (a morte ocorrera a 27 de Novembro), no Colégio das Artes, onde este leccionava as classes mais avançadas de latinidade.

⁴ Há muitos textos desta natureza, em Portugal, em latim e em português, como os panegíricos de João de Barros a D. João III e à Infanta D. Maria (em português) ou o panegírico de André de Resende a D. João III (em latim).

Pedro João Perpinhão era um dos mais considerados mestres de latinidade que a Companhia de Jesus tinha em Portugal, nesse momento, juntamente com Cipriano Suarez e Manuel Álvares⁵. Fora o escolhido, três meses antes, para pronunciar a oração de sapiência de abertura do ano lectivo no Colégio das Artes, cuja direcção o rei D. João III acabara de entregar aos jesuítas.

Pedro Perpinhão nasceu em 1530, em Elche, na região de Valência, onde, depois de completados os estudos iniciais, se graduou em Artes, a seis de Julho de 1547. Foi em Valência que, em 1551, juntamente com o irmão, Luís Perpinhão, ingressou na Companhia de Jesus; foram acolhidos pelos responsáveis Diogo Mirão e Jerónimo Domenech, que os enviaram para o Colégio de Jesus de Coimbra, onde fizeram o noviciado durante dois anos, de acordo com as normas da Companhia.

Em 1553 foi Pedro Perpinhão transferido para Évora, onde leccionou Retórica e Grego, e onde disse a oração de sapiência de abertura desse ano lectivo, a 28 de Agosto, na presença do Cardeal D. Henrique, patrono do Colégio do Espírito Santo, que o entregara aos cuidados dos padres jesuítas.

Em Évora se manteve até 1555, data em que foi de novo enviado para Coimbra, para integrar a equipa docente do Colégio das Artes, ficando responsável pela 2ª classe, tendo como colegas, entre outros, Cipriano Suarez, professor da 1ª classe, e Manuel Álvares, que se encarregou da 3ª (estas eram as classes mais avançadas, pois começava-se na 10ª ou 11ª).

O Colégio das Artes fora fundado por D. João III e inicialmente entregue à direcção de André de Gouveia, que estudara e fora professor em Paris e era o responsável pela renovação do Collège de Guyègne, em Bordéus, onde, à data da chamada de D. João III, era Principal reputado e muito considerado. O Colégio das Artes de

⁵ Manuel Álvares, S.I., nasceu na Madeira, em 1526, e morreu em Évora, em 1583. Foi professor de Latim, Grego e Hebraico, reitor do Colégio das Artes (1561-66), da Universidade de Évora (1573) e do Colégio de Santo Antão (1574-75). A sua obra mais importante é *De institutione grammaticae libri tres*, que, editada em 1572, conheceu mais de 600 edições. Cipriano Suarez, S. I., era natural de Espanha, tendo nascido em Ocaña em 1524. Entrou na Companhia em Portugal, em 1549, e exerceu funções docentes em Lisboa, Évora, Coimbra e Braga, tendo sido colega de Perpinhão em Évora e Coimbra. O seu *De Arte Rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti ab eodem Auctore recogniti, et multis in locis locupletati*, um manual escrito a partir de textos seleccionados dos autores citados no título, foi utilizado nos colégios da Companhia para as aulas de Retórica.

Coimbra abriu oficialmente as portas em 1548, depois de prolongados preparativos.

André de Gouveia trouxera consigo de Bordéus uma série de reputados professores, como George Buchanan, Nicolas Grouchy, Guillaume Guèrente, Arnolde Fabrice, Elias Vinet, João da Costa, Diogo de Teive, entre outros, muitos dos quais o acompanhavam já desde Paris.

Alguns destes professores vindos de Bordéus (que ficaram conhecidos como “bordaleses”) mantiveram-se em Portugal por pouco tempo, regressando a França ou aos seus países de origem, após a morte súbita de André de Gouveia, que ocorreu ainda o ano lectivo não tinha terminado, ou após os processos de João da Costa, Diogo de Teive e George Buchanan, que os levaram aos calabouços e tribunais da Inquisição, em 1550⁶.

Foram substituídos por professores maioritariamente portugueses, alguns já professores do Colégio, quase todos antigos estudantes de Paris; mas, entre “bordaleses” e “parisienses” tinham-se registado e continuavam a registar-se constantes desentendimentos e um clima de grande mal-estar. Talvez por este motivo, talvez por pressão exercida sobre o rei pelos infantes e pela rainha, D. Catarina, talvez por razões económicas, talvez por todos estes motivos e outros, o rei decide entregar, em 1555, o Colégio aos jesuítas, que tinham ainda, no entanto, uma curta existência, e que só havia pouco tempo tinham decidido entregar-se ao ensino⁷. O início do ano lectivo foi assinalado com uma oração de sapiência (*De Societatis Iesu Gymnasiis Oratio*) de Pedro Perpinhão.

Em Coimbra permaneceu Perpinhão alguns anos, exercendo funções de professor, mas também de orador de ocasiões solenes, sempre que o Colégio era solicitado nesse sentido; foi Perpinhão quem disse, também em 1555, a oração fúnebre do infante D. Luís, falecido em Novembro desse ano e grande amigo da Companhia, a *Laudatio*

⁶ Sobre esta temática, consultem-se as seguintes obras de Mário Brandão: *O Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924 -1933; *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1948; *O Processo na Inquisição de Mestre Diogo de Teive*, Coimbra, 1943; *O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1944.

⁷ Inácio de Loyola e os primeiros padres jesuítas, co-fundadores da Companhia de Jesus, tinham pensado exercer a sua actividade de missionação na Terra Santa, para onde desejavam partir em peregrinação. Mas condições adversas levaram à frustração destes planos e os seus objectivos passaram, então, a ser a missionação em África e na Índia e o ensino.

Funebris Ludouici Principis, e as orações comemorativas do aniversário do passamento da rainha Santa Isabel, *Laudationis in Beatam Elisabetham, Lusitaniae Reginam libri tres*, respeitantes aos anos de 1557, 1558 e 1559, orações que começaram a pronunciar-se anualmente a 4 de Julho, por determinação régia de 1556. Além da actividade de professor e orador, deu-se também necessariamente à investigação, dela resultando a monografia em três livros sobre a vida da Rainha Santa, *De uita et moribus Diuae Elisabethae Lusitaniae Reginae libri tres*.

O ano de 1560 encontra-o em Évora cursando Teologia, preparando-se talvez para a etapa seguinte, que é a sua transferência para Roma, que se verificará no ano seguinte. Aqui foi professor de Retórica, tradutor para latim das cartas que vinham da Índia, dos missionários jesuítas, e orador.

Foi precisamente com as orações que disse em Roma, sobre o ensino da Retórica, sobre as características do perfeito doutor cristão e sobre a Santíssima Trindade, e com as que, depois, pronunciou em Lyon e em Paris, para onde foi enviado, para combater as teorias protestantes e explicar os textos sagrados, que granjeou fama de grande orador.

Morreu prematuramente em Paris, em 1566, aos 36 anos de idade, deixando, no entanto, obra considerável, de que se destacam: 19 orações, uma monografia e cartas. Dessa obra, destacamos a que compôs em Portugal ou sobre assuntos portugueses: a oração de sapiência de 1555, do Colégio das Artes de Coimbra; a oração fúnebre, dita por ocasião da morte de D. Luís; as três orações à Rainha Santa Isabel; a monografia sobre a vida da mesma Rainha; um Diálogo para ser representado por ocasião de uma festa escolar, *Megalopragmon siue ambulatio pomeridiana*, e alguns poemas. Não composto em Portugal mas relevante por se referir a assuntos portugueses é o opúsculo *De ratione liberorum instituendorum litteris Graecis et Latinis*, apenso a uma carta dirigida a um dos seus amigos, datada de 1565, de Roma, que se constitui como uma *ratio studiorum* do Colégio das Artes desses tempos.

D. Luís era filho de D. Manuel e de D. Maria e, logo, irmão inteiro de D. João III. Nascera a 3 de Março de 1506, em Abrantes, onde se encontrava a Corte, fugida da peste. Foi duque de Beja, Fronteiro-Mor da Comarca de Entre Tejo e Guadiana, 9º Condestável de Portugal, Senhor de Salvaterra, Covilhã, Serpa, Almada, Ceuta, e Administrador do Priorado do Crato.

Sobre alguns momentos da sua vida e as suas qualidades se debruçaram alguns historiadores que escreveram sobre os reinados de D. Manuel e de D. João III: Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Francisco de Andrada, *Crónica del rey D. João III*, Frei Luís de Sousa, *Annaes de El Rei D. João III*. Eles põem em destaque algumas das qualidades elogiadas e hiperbolizadas por Perpinhão, e acrescentam outras características que este ignorava simplesmente ou preferiu omitir, por não caberem neste tipo de discurso panegírico. Morreu em 27 de Novembro de 1555, com 49 anos.

O cenário desta oração é o Colégio das Artes, cujas paredes se apresentariam despidas de ornamentos e cobertas de composições escolares afixadas, em prosa e em verso, versando o triste acontecimento.

Estrutura da oração

Esta oração apresenta, como muitas outras do seu género, um tom fortemente laudativo e hiperbólico⁸. Perpinhão enumera, louva e exagera as qualidades de D. Luís, omitindo as suas falhas. Era esta uma característica das orações panegíricas e fúnebres e Perpinhão não foge às regras estipuladas pelas escolas tradicionais de retórica. Também a estrutura da oração obedece aos parâmetros dessas escolas e, por isso, não difere da estrutura de muitas outras orações contemporâneas (panegíricas, fúnebres ou de sapiência).

Começa o seu autor, no exórdio (*exordium*), numa manifestação de humildade, por realçar a importância e magnitude da incumbência que lhe fora atribuída, a si que não se sentia capaz, pela sua inferioridade em termos oratórios, de corresponder-lhe dignamente; é que, além de não ser o orador mais indicado para estas orações, sentia-se de tal forma dominado pela dor, pela tristeza, que os seus poucos e fracos dotes mal poderiam corresponder ao que lhe era solicitado:

É que, não só nos foi arrebatado aquele cuja vida, embelezada de todas as virtudes, ornamento da Lusitânia, parecia utilíssima nos assuntos privados de muitos, e absolutamente necessária, nos públicos, como, por outro lado, eu, quando devia apresentar mais capacidade para discursar, apresento muito menos.

(...) Hoje, porém, devemos pronunciar-nos sobre um assunto de tal natureza que, oferecendo, é certo, matéria quase infinita à nossa oração, só a

⁸ Perpinhão mostra conhecer bem os ensinamentos de Quintiliano, da *Institutio oratoria*, III, 7, 6: *Sed proprium laudis est res amplificare et ornare*.

lembrança da recente ferida tão dolorosa apagará e extinguirá, tal como um rio, todo o entusiasmo do meu e dos vossos corações que se esforcem por se animar.

Laudatio funebris Ludouici Principis, (pp.46-47)⁹

Apresenta-se, pois, contrafeito, acabrunhado, mas obedecendo a indicações superiores e a uma necessidade imperativa de prestar a justíssima homenagem a tamanho Príncipe; pede a atenção e o favor do público (*captatio benevolentiae*), pois o tema era de tal grandeza que faria esquecer o próprio orador:

Porém, nem pelo facto de esta nossa debilidade e pobreza, tão dificultada por muitos incómodos, não poder apresentar aqueles ornamentos e brilho das orações que costumam ser apresentados pelos oradores de recursos abundantes, num inacreditável fluxo, nem por isso, repito, convém que manifesteis menos interesse por esta causa.

Prestamos, pois, as homenagens justas e devidas àquele príncipe, de quem é tanta a grandeza de méritos para connosco, que não podemos alcançar uma parte deles que possamos referir ou sequer imaginar, de modo que é a própria situação, a própria homenagem e a própria piedade que deve motivar-vos e incentivar-vos suficientemente

Laudatio funebris Ludouici Principis (p. 49)

Este era um tópico literário tradicional desde a Antiguidade: para conquistar a benevolência do público, a sua atenção e docilidade, o orador devia apresentar-se de forma humilde, modestamente, invocando a disparidade entre a responsabilidade da tarefa e as suas capacidades oratórias, ou antes, a sua debilidade. Segundo Cícero (*De Inventione*, I, XVI, 22), era conveniente que o orador se apresentasse em atitude humilde e suplicante, ideia que provinha do discurso forense, uma vez que o advogado devia apresentar-se assim para captar a simpatia do juiz; essa posição, no entanto, rapidamente passou para outros géneros. Tais fórmulas de modéstia tiveram grande difusão quer na Antiguidade tardia, pagã e cristã, quer na literatura da Idade Média; com elas, o autor pede desculpa, umas vezes, pela sua incapacidade em geral, outras, pela sua linguagem inculta e grosseira (Curtius, 1989:128 e sqq.). A esta situação acrescenta-se o facto de, entre os jesuítas, se incentivar o culto da humildade.

A este tópico – insistir na incapacidade de falar adequadamente do tema ou de encontrar palavras para elogiar convenientemente a pessoa (*tópico do indizível*) –, corrente no elogio de reis, príncipes e nobres, juntam-se outros, como a afirmação do autor não dizer senão

⁹ O texto de Perpilhão citar-se-á a partir de Petri Lazeri, (1749), *Petri Ioannis Perpiniani Valentini e Societate Iesu Opera*, Roma. Tomo I.

muito pouco do muito que queria e poderia expressar (*pauca e multis*). Outra forma de enaltecer alguma pessoa consistia em dizer que todos os homens e mulheres, de todas as idades (*omnis sexus et aetas*)¹⁰, participavam da admiração por ela ou sofriam com o seu desaparecimento; e não só os homens: todas as terras, todas as coisas, mesmo inanimadas e normalmente sem sentimentos, sofriam com essa morte¹¹. Perpilhão, perfeitamente conhecedor dos ensinamentos da retórica clássica, recorre, nesta oração a todos estes tópicos, constantes neste tipo de orações desde a Antiguidade.

Ao exórdio seguia-se normalmente a proposição (*propositio*), na qual o autor estabelece os assuntos a desenvolver; no caso vertente, prestar as justas homenagens a tal Príncipe (um modelo de Príncipe), cujos méritos eram tantos que apenas permitiam a enumeração; não é preciso sequer, diz Perpilhão, embelezá-los.

Depois da proposição passa à exposição (*narratio*) das qualidades do Príncipe, mas com uma ressalva: não tenciona valorizar aquelas que não dependeram da sua actuação, que não estiveram na sua mão, como por exemplo o ter pertencido a família tão ilustre, com antepassados tão notáveis; tenciona louvar apenas aquelas que ele manifestara com o seu modo de vida e a sua actuação.

Passa, então, em revista alguns reis e figuras notáveis de Portugal. Perpilhão traz agora à colação os mais famosos antepassados de D. Luís e começa precisamente por D. Afonso Henriques, referindo essencialmente a sua piedade e religiosidade, de tal forma intensas que pôde ver o próprio Cristo pregado na cruz, antes da célebre batalha

¹⁰ *Hoje, com a mágoa, todas as coisas estão acabrunhadas; estão de luto as cidades em geral; entristecem-se todas as gerações e todos os sexos; os nossos espíritos estão prostrados, com esta calamidade sofrida, insanável e mortífera, de forma que, mesmo se eu estivesse de ânimo preparadíssimo, a própria oração, todavia, pareceria, de alguma forma, estar de luto e, no meio de tanto sofrimento, recear a presença dos homens e, em geral, a luz.*

Laudatio funebris Ludouici Principis (p. 47)

¹¹ *Estando tu agora, se não extinto, pelo menos separado e afastado, doem-se aquelas assembleias de homens cultíssimos; sofrem os livros que tu costumavas manusear e reclamam o antigo senhor, o ilustre senhor; choram aqueles ponteiros, teus companheiros, ou melhor, auxiliares dos teus exercícios, com os quais descrevias, para ti mesmo, no pó erudito, as próprias revoluções das órbitas celestes, que dificilmente suportam ser abordadas por outros. Os próprios astros, enfim, os próprios globos celestes, as próprias terras, arrebatado um tão grande examinador e observador, parecem-me chorar e deplorar o teu desaparecimento. Também as letras sofreram, sem dúvida, uma grande perda, varões doutíssimos, grande, na verdade, e nem sei se alguma vez terão sofrido uma maior.*

Laudatio funebris Ludouici Principis (p. 56)

que contribuiu definitivamente para a afirmação da independência de Portugal, a batalha de Ourique. A tradição, com efeito, transmitia a lenda de que, antes da batalha de Ourique, D. Afonso Henriques tivera a visão de Cristo pregado na cruz, que lhe prometera a vitória, a protecção para o reino, a fundação de um império e glórias futuras. Nenhum documento coevo fala deste episódio e só na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, escrita em 1419, surge pela primeira vez o episódio do milagre da aparição de Cristo, que se transmitiu depois aos textos posteriores, ao contar os feitos do primeiro rei português (se bem que haja em textos anteriores vestígios da formação de uma versão lendária da batalha). A lenda ganha força e prestígio no séc. XVII, com Bernardo de Brito, na *Chronica de Cister*. A batalha de Ourique foi importante do ponto de vista militar e político, pois foi a partir dela que D. Afonso Henriques começou a intitular-se rei.¹²

Continua com D. João I que, com as suas incursões no norte de África, impediu o avanço dos infiéis para a Europa, limitando-os ao seu espaço, fechando-lhes metaforicamente a porta de África para a Europa.

Segue-se o Infante D. Henrique, filho de D. João I, o grande mentor das Descobertas, que é considerado como aquele que mais contribuiu para a expansão ultramarina portuguesa. Azurara, na *Crónica da Guiné*, retrata-o como um modelo de cruzado piedoso, de grande religiosidade e fervoroso na luta contra os infiéis: todos estes atributos, se não tivesse outros, o fazem querido a Perpinhão. Neste passo avulta a sua característica de sábio interessado pela ciência, nomeadamente a matemática e a sua aplicação prática relacionada com a náutica, e a sua crença na possibilidade de se chegar à Índia por mar, o que veio a acontecer em 1498.

Passagem depois pelo desempenho de D. João II, o “Príncipe Perfeito”, sobrinho-neto do precedente, em prol da empresa das Descobertas, na esteira do tio, e da pacificação do reino, que vivera momentos turbulentos durante o reinado de seu pai, D. Afonso V. Foi no seu reinado que se passou além do Cabo das Tormentas, a que alude provavelmente o texto.

¹² Consulte-se Lindley Cintra “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique”, *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957, e Arlette Darbord, “Alexandre Herculano et la bataille d’Ourique: histoire d’une polémique”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXII. Fond. Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1986.

Foi no reinado de D. Manuel que a descoberta e conquista de novas regiões se consolidou; Perpilhão destaca, nesta oração, a concretização de uma realidade que vinha já desde o Infante: a chegada à Índia por mar. Foi neste reinado também que se consolidaram as riquezas trazidas pelas Descobertas e a ocupação de zonas conquistadas.

Ao falar dos reis que considera mais relevantes na história de Portugal, Perpilhão não podia omitir, de forma nenhuma, D. João III, irmão do homenageado e o rei em exercício.

Referindo-se ao Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III e grande defensor da Companhia de Jesus em Portugal, Perpilhão faz sobressair a ideia de que, pela sua piedade, religiosidade e cultura, o Infante era o único sustentáculo da república cristã.

Deixando os familiares ilustres, Perpilhão passa, então, ao próprio príncipe. Elogia, nos termos mais hiperbólicos, em primeiro lugar, os seus dotes intelectuais, que se revelaram na sua aplicação à Matemática e à Astronomia, na sua dedicação às Letras, ombreando com os seus mestres e com os maiores vultos destas áreas, seus contemporâneos ou não¹³.

¹³ Perpilhão é corroborado pelos cronistas portugueses contemporâneos. D. Luís deu-se também às letras e à vida intelectual, para o que contribuíram os mestres que o educaram. Damião de Góis, na *Crónica de D. Manuel*, Cap. CI da primeira parte, diz brevemente:

Nas artes liberaes teue por mestre ho doctor Pero Nunez Portugues de nasçam, que foi nellas hum dos doctos homens de seu tempo: nas quaes este Príncipe foi tambem doctinado, que se has quisera ler publicamente, ho fezera sem lhe faltar auditorio, e nellas compos hum livro de modos, proporções, e medidas.

António Caetano de Sousa, na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, diz sobre esta faceta de D. Luís, no capítulo que lhe dedica:

Foy benigno por natureza, inclinado à piedade, ornado de sciencia: os homens doutos o celebraraõ como a seu Mecenas, como se vê do Tratado da Esfera, que o insigne Pedro Nunes seu Mestre de Mathematica lhe dedicou; e Luiz de Caceres, natural da Cidade de Silves no Reyno do Algarve, donde veyo por ordem do Infante para seu Mestre, homem douto (a quem depois honrou com o título de seu Secretário, lugar que teve tambem Jeronymo Osorio) no Tratado da Instrucção, que ha de ter hum bom Principe, que escreveo para o Infante, no qual se vê a eloquencia, a erudição do Mestre, as virtudes e sabedoria do discipulo. (...) Escreveo mais hum Breve Compendio de Moralidades, dirigido ao mesmo Infante, e outro sobre os trabalhos dos Reys para ElRey D. João o III.

(...) (D. Luís) com grande applicação fez hum Tratado dos modos, proporçoens e medidas, e outros sobre a Quadratura do Circulo; escreveo o Auto de D. Duardos que se imprimio com o nome de Gil Vicente.

(Tomo III, Livro IV, cap. VIII)

Vem depois ao louvor das suas qualidades militares que se tinham concretizado na Campanha de Tunes, no Norte de África, quando integrara, contrariando o irmão, a armada do seu cunhado, Carlos V. D. Luís participou, em 1535, à revelia do irmão, na expedição que Carlos V empreendera a Tunes, contra o corsário Heredin Barba-Roxa, que tomara essa cidade pela força, e para a qual pedira auxílio a D. João III, que lho facultara sob a forma de 20 caravelas, 2 naus e o galeão S. João Bautista, o Botafogo. Como D. João III não autorizara o irmão a integrar e comandar a armada, este saiu secretamente do país e dirigiu-se a Espanha. Estava já em Barcelona quando aquele soube da sua saída e o nomeou comandante do Botafogo, missão em que se distinguiu. As crónicas que cobrem o reinado de D. João III são importantes para o conhecimento deste episódio da vida de D. Luís. A de Francisco de Andrade reserva-lhe o capítulo XV da terceira parte, da *Chronica del rei Dom João o Terceiro*. Perpinhão revela conhecimento dos pormenores deste episódio:

Chamo-te, finalmente, nobre tempo, conhecedor e participante do seu conselho; e a vós, campos e mãos hostis dos Africanos, testemunhas do seu valor na guerra; e a vós também, Tribunos, Centuriões e Soldados que presenciastes quer o hábil valor do espirito, quer o conhecimento da prática militar, o bom-senso e a celeridade do vosso general naquela batalha memorável, e [vistes como], com inacreditável entusiasmo e com toda a tensão do seu talento, da sua alma e das suas forças, sob os auspícios do valentíssimo Imperador Carlos Quinto, foi tomado de assalto o mais inexpugnável reduto dos inimigos bárbaros, extremamente bem fortificado não só pela mão dos homens e por obras militares, como também pela própria natureza do lugar, que aquelas feras sanguinárias pensavam impor sobre as nossas cervizes e as de todo o povo cristão.

Laudatio Funebris Ludouici Principis, (p. 57)

Segue-se a referência elogiosa aos seus actos de fé (*fides*), coragem (*uirtus*) e prudência (*prudentia*); à sua sensatez e moderação¹⁴ (*consilium*); à sua liberalidade (*liberalitas*), humanidade (*humanitas*) companheirismo (*comitas*) e misericórdia (*miser cordia*)¹⁵; ao seu carácter apaziguador; ao seu espírito submisso

¹⁴ Os cronistas corroboram esta afirmação de Perpinhão. Veja-se, por exemplo Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Parte I, cap. CI.

¹⁵ *Se quisermos acrescentar, agora, a sua liberalidade, humanidade, companheirismo, misericórdia para com os homens fracos e aflitos, jamais a nossa oração encontrará um fim. Quando é que alguém deixou de obter aquilo que, de forma honesta, lhe tenha pedido? Que indigente, se lhe pedisse com que satisfazer as necessidades de alimento e de existência material, mandou ele embora, de mãos vazias de dádivas? Que palavra mais dura e menos honesta deixou ele escapar? Que*

e obediente aos superiores (pais e irmão); à sua religiosidade (*pietas*) e zelo da religião cristã (*studium Christiana Religionis*), humildade, anseio de pobreza e desprezo pelas coisas do mundo¹⁶:

Testemunha é aquela sagrada capelinha, separada pelas paredes domésticas, onde ao oitavo dia também se costumava confessar, a um Sacerdote, dos seus pecados e tomar o sagrado corpo de Cristo Salvador. Testemunha é aquele livrinho que, escrito com verdade, com gravidade e com sabedoria, sobre o desprezo das coisas humanas, sempre trazia no seu seio e religiosamente noite e dia folheava. Testemunha é também aquela tão amena margem do Tejo, na qual colocou o sagrado domicílio daqueles que professam a duríssima disciplina desse nobre e grande Francisco. Testemunhas são todos os seguidores do seu santíssimo modo de vida e os óptimos émulos e os mais íntegros e religiosos varões que ele protegeu, por muitíssimo tempo, com suprema diligência e inacreditável empenho, por toda a Lusitânia. A extrema pobreza deles, era ele, em grande parte, quem acudia e quem a supria, a expensas próprias; estes, para o dizer numa só palavra, eram a menina dos seus olhos. Testemunhas são já, também, todos os portaestandartes e gerais de todas as religiões, todos (tal como direi) os soldados, a quem frequentemente concedia sapientíssimos conselhos, e com os quais ele se entregava frequentemente a humildes exercícios. Testemunhas são finalmente as próprias sombras da noite e as trevas circundantes que o

infeliz desgraçado e abatido abandonou ele, quando lhe solicitava ardentemente o seu auxílio?

Sentiram a tua munificência, outrora, os teus soldados, Príncipe ilustríssimo (na verdade, apetece-me agora falar contigo, se, de alguma forma, a nossa voz pode chegar até aí), sentiram-na, repito, aqueles soldados que tu enviaste para casa, abonados dos maiores presentes e enriquecidos com os espólios dos triunfos sobre o inimigo. Experimentaram-na as igrejas a que presidias, das quais sustentavas, com grande estipêndio da tua parte, naquele quase santuário de teu irmão Henrique, dez sacerdotes ou, pelo menos, jovens já destinados ao sacerdócio, que tinham algum valor pelo seu talento, para que, distinguindo e compreendendo aquelas coisas que tivessem importância para o seu ofício, governassem melhor e com maior cautela os povos que por ti lhes tinham sido confiados.

Choram-te os pobres, a ti que os alimentavas e educavas; invocam-te as viúvas, a ti que eras quase o protector dos seus chorosos filhos; invocam-te, a ti que eras a sua tutela, os teus pupilos, chorando a solidão; desejam-te os desprotegidos, a ti em quem sentiram a fé e o refúgio nos perigos, gemendo com lágrimas por demais abundantes. Mesmo aqueles que, ricos de toda a abundância de coisas, pareciam precisar menos de ti, ainda assim se comovem com o afastamento de tão fiel defensor de todos os bons e, vendo as lágrimas deles, não conseguem conter amargamente as suas. E, de facto, até os povos sobre quem exercias o teu poder lamentam que tenha desaparecido aquela tua severidade no julgar. Acontecia, efectivamente, varões doutíssimos, que, tal como era, para toda a espécie de homens, tão brando, de igual forma se mostrava, ao pedir o castigo, severíssimo para com os celerados.

Laudatio funebris Ludouici Principis (p.61-62)

¹⁶ A todas estas qualidades se referem os cronistas contemporâneos acima citados: Damião de Góis, Francisco de Andrada e Fr. Luís de Sousa, nas obras referidas.

viram, em muitas ocasiões, levantar-se do leito, dirigir-se ao templo com homens religiosos e suplicar a Deus enquanto os outros repousavam

E ainda que eu entenda serem tantas estas qualidades, no distintíssimo Príncipe, quantas a mente e a imaginação de qualquer homem podem apreender, eu pessoalmente não levarei a mal se se calar tudo ou se se apagar da memória. Seja impresso nas vossas almas, implante-se completamente nas mentes de todos, confie-se à imortalidade apenas isto que, único pela sua grandeza, me chama de novo para si, a mim que desejava discorrer sobre outros assuntos, e que não permite que me alongue por mais tempo, como seria conveniente, em tantos, tão ilustres e tão divinos méritos seus.

Laudatio funebris Ludouici Principis (pp. 65-66)

O texto termina com a peroração, como exigiam as regras de retórica, na qual se sintetizam os pontos abordados, se exortam os auditores a seguir os modelos apresentados e se fazem normalmente votos e preces. Neste texto, depois do louvor incondicional e sem reservas das qualidades do Príncipe, Perpilhão dirige algumas palavras de consolo aos que mais tinham sofrido com este desaparecimento, nomeadamente ao irmão, o rei D. João III, que vira já desaparecer já todos os filhos e quase todos os irmãos. Congratulando-se depois pelo facto de o Príncipe fruir já daquela felicidade e imortalidade concedida por Deus aos bons, depois da morte física, Perpilhão termina com uma prece ao Pai supremo:

Tu próprio, ó grande governante do império da Lusitânia, apesar de teres tolerado, com o espírito mais sóbrio, muitas coisas penosas de serem ditas e duras de serem suportadas, sei bem, todavia, que choras, abatido por tão dolorosa ferida e que sofres, não tanto pelos teus males, como pelos dos teus. Quem ousaria negar que tu o fazes com todo o direito? Perdeste um irmão; mas que homem era ele? Um de grande conselho, de grande prudência em todas as coisas grandiosas! Quando o perdeste? Quando os seus serviços estavam para te ser mais úteis! Porém, se pensas que não se deve desprezar a piedade legítima, foi-te deixado teu irmão Henrique, de não menor sabedoria e juízo. Deus olhou bem por ti, pois, ainda que ambos estivessem em perigo, levou-te apenas um só, de maneira que, de uma só vez, infligiu-te a dor e sarou-a. Que a sua recordação e a sua presença aliviem a tua dor e que a sua divina generosidade recupere e refaça o teu espírito, e, finalmente, que o fortaleça essa tua sabedoria inacreditável.

E tu, Supremo Pai e Rei, timoneiro deste universo, peço-te: poupa as nossas mentes doentes e feridas, reprime aquela força da tua poderosíssima mão direita, não acabrunhes o povo aflito, peço-te, não oprimas o que já está derrubado pela adversidade, antes, eleva-o com a prosperidade e estimula-o, para que te sirva com alegria, para que te honre, para que perpetuamente te louve e proclame, a ti de quem se experimente a brandura e a clemência.

Laudatio funebris Ludouici Principis, (pp. 71-72)

Esta oração a D. Luís, além de obedecer ao esquema formal geral de variadíssimas orações, aprendido nas escolas de retórica, obedece também aos preceitos dos panegíricos, hiperbolizando as características e qualidades do louvado e os episódios relacionados com a sua pessoa, recorrendo a múltiplas comparações, das quais o objecto de louvor sai sempre em grande vantagem. Na comparação com os seus antepassados ilustres (D. Afonso Henriques, D. João I, o Infante D. Henrique, D. João II, D. Manuel, D. João III), D. Luís sai em vantagem, pois reúne em si as maiores virtudes de cada um deles. Um dos processos correntes em textos desta natureza é a sobre-exaltação: quando se deseja louvar alguma pessoa ou situação, tenta demonstrar-se que o objecto de louvor ultrapassa todas as outras pessoas que viveram, vivem ou viverão (Curtius, 1989: 235).

Com efeito, aquelas qualidades que, neles, um a um, se consideravam, uma a uma, grandiosas e divinas, neste só, o nobre criador das coisas as colocara no seu conjunto, no mais alto grau, de modo que parece não ter nascido deles, mas ter sido modelado pelo próprio Deus. E se vós revelais, nos louvores daqueles, essas qualidades insignes, não hei-de eu responder que elas foram, neste, se não maiores, pelo menos iguais?

Laudatio funebris Ludouici Principis (pp. 53-54)

Havia, para os elogios, técnicas que se aprendiam nas escolas de retórica e a que Perpilhão não se podia furtar, ele que as ensinara. Entre enumerar as variadíssimas qualidades do Príncipe e traçar a sua biografia (nascimento, linhagem completa, feitos gloriosos, morte), dois caminhos possíveis ao orador, Perpilhão optou pelo primeiro processo¹⁷.

Na sua intenção de elogiar a figura do Príncipe recentemente falecido, Perpilhão “esquece” alguns pormenores da sua vida. Quando sobrevaloriza o facto de D. Luís nunca se ter casado, para se dedicar a outras causas mais importantes, parece esquecer que lhe tinham sido projectados vários casamentos, que se não realizaram por diversos motivos, que não a oposição do Príncipe. Talvez o padre jesuíta não o soubesse efectivamente, uma vez que estes projectos de casamento não seriam publicamente divulgados, mas sabia certamente da existência do filho ilegítimo do Príncipe, D. António, que estudou inclusivamente no Colégio do Espírito Santo, em Évora, que estava

¹⁷ Seguiu as indicações de Quintiliano, na *Institutio oratoria*, III, 7, 10-18.

sob orientação de seu tio, o Cardeal D. Henrique, que depois o entregou à Companhia de Jesus.¹⁸

Quando fala da sua extrema humildade e despojamento, chegando a dizer que gostava de andar sozinho, “ignora” que, ao morrer, o Príncipe contava na sua casa com cerca de 600 funcionários¹⁹.

¹⁸ Como qualquer panegírico, este é também omissivo e parcial e, como tal, não refere o filho natural, D. António, resultante de um romance com D. Violante Gomes, conhecida por a *Pelicana*, senhora de nascimento humilde, que acabou os seus dias, como religiosa professa, no Mosteiro de Almoester, da ordem de S. Bernardo.

Teue hum filho natural por nome dom Antonio, para o qual nunca impetrou mais neste reyno que o priorado do Crato que elle possuia, e no seu testamento se lembrou mais do que podia pertencer ao senhor dom Duarte seu sobrinho, filho do Infante dom Duarte seu irmão, no que para elle pidio das cousas que vagauão por sua morte, do que se lembrou do que podia ser necessario ao senhor dom Antonio seu filho, o qual com tudo foi princepe em que concorrerão muytas partes dinas de sua pessoa, brando, liberal, conuersauel, inclinado a socorrer aos que se a elle chegauão no melhor modo que podia, e dino de melhor fortuna, se máos conselhos de conselheyros interessados o não preuerterão, e lhe não cegara o seu claro e perspicaz juizo e entendimento de maneyra, que o forçarão a que procurando por alcançar o que não era seu, nem lhe podia vir direyto, perdesse tudo o que era seu e possuia pacificamente, por onde lhe foy necessario desterrarse da sua patria, onde era seruido e acatado, e uiuia com muyta abastança, e honra, e credito de sua pessoa, e peregrinar por terras estranhas, e aceitar de Reis estrangeiros faoures e mercês para poder passar a vida, a qual passou em muyta miseria e desgosto, até que em meyo de tão triste e miseravel estado antes de muytos annos o foy buscar a morte, que por ventura então lhe seria mais aliuiio que pena.

(Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, IV Parte, cap. CXV)

D. António nasceu em 1531 e foi criado até aos seis anos aproximadamente como filho legítimo por seu pai. Estudou, primeiro, no Mosteiro da Penha Longa e, depois, no Mosteiro da Costa, em Guimarães, onde aprendeu Gramática e foi aluno de Inácio de Moraes; em 1551, formou-se em Artes no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para onde fora em 1548. Estudou, depois, Teologia, em Évora, no Colégio dos Jesuítas, patrocinado por seu tio D. Henrique, onde foi aluno de mestres como Fr. Bartolomeu dos Mártires e Pero Margalho. Recebeu ordens de diácono e subdiácono e foi nomeado Prior do Crato. Após a morte do pai, caiu em desgraça junto aos tios, D. Henrique e D. Catarina, por razões que se prenderam com a sua personalidade, e acabou por ser privado do Priorado do Crato. Em 1568 foi nomeado governador de Tânger e, em 1578, participou na batalha de Alcacer Quibir, onde foi feito prisioneiro. No período conturbado que se seguiu à morte de D. Sebastião, D. António apresentou-se como candidato ao trono, e foi eleito, pelo povo, em Santarém, em 1580, quando já D. Filipe II invadia Portugal. Seguem-se anos inglórios de combates contra o inimigo, de organização de expedição atrás de expedição, de acordos com a Inglaterra e a França. Acabará, sem alcançar a conquista da independência de Portugal, sem desempenhar o cargo a que se julgava com direito, por morrer na penúria, em Paris, em 1595, quando tentava organizar uma nova expedição.

É natural que Perpilhão, que não frequentava a corte, não conhecesse muitos destes pormenores omitidos, que não eram propriamente do domínio público, mas a verdade é que eles também não cabiam muito bem neste tipo de discurso. Neste vamos ainda

¹⁹ Sobre o seu desprezo pelas coisas terrenas, diz Francisco de Andrade no texto anteriormente citado:

Uiueo sempre este princepe tão alheyo de interesse proprio, que sendo filho segundo de seu pay, e de tanto merecimento e importancia para este reyno, que el Rey seu irmão sobre elle descansaua nas mais das cousas, ou por ventura em todas as do governo delle, nunca se soube delle que negociasse com el Rey cousa que fosse de importancia mais que o que lhe deixara el Rey seu pay, porque todo seu cuidado e merecimento pôs sempre nas mercês que del Rey alcançaua para hos homens, e em lhes procurar a satisfação de seus serviços, e os remedios de seus agrauos, quando acontecia teremnos, e aliuiar-los nelles, e buscallos para isso com sua propria pessoa quando compria, sem tratar de negociar nem procurar para sy mercê alguma: e com tudo em todas as ocasiões que se offerecerão de se fazerem festas neste reyno em quanto elle foy uiuo, se achou sempre como conuinha, mais pollo que compria ha decencia da coroa e do estado, que por gosto que tiuesse disso, sem nunca para alguma dellas pedir a el Rey ajuda de custo, e tudo fez sempre ha sua particular despesa, cousa dina de tanto espanto como louvor, por quão costumado e ordinario foy sempre nos Infantes, não somente, nos que tiuerão pouco de seu, mas ainda nos que tiuerão muyto, procurarem serem ajudados de seus Reis em semelhantes ocasiões, principalmente sendo este Infante o filho segundo del Rey que menos teue da coroa deste reyno, que todos os Infantes segundos della.

Este desprendimento dos bens terrenos é relativo, pois ao que diz António de Sousa Caetano, na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, IV livro, a sua casa não perdera a majestade real:

A sua Casa foy regulada e formada com autoridade Real, e muy numerosa de criados porque além dos officiaes de que se compunha, e de pessoas de distinção, era grande a Família de sorte que os moradores, que nella havia, no anno em que faleceo, constava de seiscentas e trinta e duas pessoas...

Dava-se também aos prazeres mundanos, nomeadamente gostava da caça, dos jogos, era sociável e bom companheiro. Diz Damião de Góis, na obra acima citada, parte I, Cap. CI:

Foi homem de meã statura, louro, & de bom parecer, bem disposto, & prazenteiro, no fallar, galante, no vestir, & bõ cortesam, em todalas canas, touros, justas, & torneos em q se achou, de nenhum sahio sem ganhar alguns dos preços, & muitas vezes hos maiores, assi de galante, quomo de esforçado, & bom mantenedor, ou aventureiro, pelos quaes dotes, & virtudes q nelle, desde sua moçidade começarão a dar sinal de quem hauia de ser, & pela muita obediência q sempre teue a elRei seu pai, & á Rainha sua maim, elles lhe foram em quanto viuerão muim afeiçoados(...)

encontrar, segundo os preceitos de retórica, frequentes e extensas digressões morais e filosóficas, marcadas por interrogações retóricas, exclamações, apóstrofes, prosopopeias e outros recursos próprios do género. Também neste aspecto, Perpinhão não foge às regras.

No espaço de alguns dias, Perpinhão compôs e pronunciou a oração fúnebre ao Príncipe D. Luís. Nela aplicou os seus conhecimentos sobre os esquemas retóricos apropriados a este tipo de orações; nela revelou conhecimento dos principais momentos e dos mais marcantes acontecimentos da vida deste Príncipe (grande amigo da Companhia, com a qual mantinha frequentes contactos), nela omitiu, ou por desconhecimento, ou por não caberem neste tipo de discurso, alguns pormenores conhecidos dos historiadores e dos seus contemporâneos. Com ela, enfim, contribuiu definitivamente para a imortalização, a perpetuação da memória daquele que apresenta muito próximo do modelo do príncipe ideal.

Foi, com efeito, levado por aquela morte, se não prematura, pelo menos (para falar à maneira dos homens) inoportuna, o príncipe Luís, um grande príncipe, como os séculos passados não viram certamente muitos, filho do rei máximo e irmão de um maior, confidente dos seus segredos, participante de quase todos os conselhos, bellissimo ornamento de paz, refúgio firmíssimo da guerra, glória da nobreza, advogado das classes inferiores, exemplo digno de imitação proposto aos poderosos, abrigo e porto para os fracos, sustentáculo dos Cristãos, terror dos inimigos quando ouvem o seu nome, procurador solícito daqueles povos que, relegados para os limites extremos da Terra, são também lançados tristissimamente nas trevas, vingador severíssimo dos crimes, defensor ardentíssimo de todos os bons e da Religião, e para, nesta minha exposição, não mencionar uma a uma aquelas coisas que são infinitas, quase o príncipe facilmente (aceite) de todas as nações, de todos os séculos, de toda a memória.

Laudatio funebris Ludouici Principis (p. 48)

BIBLIOGRAFIA

- Andrada, Francisco de, (1976) *Crónica de D. João III*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto.
- Brandão, Mário, (1939) *Coimbra e D. António Rei de Portugal*. Coimbra.
- Brandão, Mário, (1924-1933) *O Colégio das Artes* (2 vols.), Coimbra.
- Brandão, Mário, (1937-1941) *Documentos de D. João III*. Coimbra.
- Brandão, Mário, (1948) *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes* (2 vols) Coimbra.
- Brandão, Mário, (1943) *O Processo na Inquisição de Mestre Diogo de Teive*. Coimbra.
- Brandão, Mário, (1944) *O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa*. Coimbra.
- Cícero, *Em defesa do Poeta Arquias*. Introdução, tradução e notas de Maria Isabel Rebelo Gonçalves (1986), Lisboa.
- Curtius, Ernst Robert, (1989, 5ª reimpressão) *Literatura Europea y Edad Media Latina* (2 vols.). México, Madrid e Buenos Aires.
- Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, Porto.
- M. João Fernandes, *A oração sobre a fama da Universidade. (1548)* Prefácio, introdução, tradução e notas de Jorge Alves Osório. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1967.
- Gaudeau, P. Bernardus, S.J., (1891) *De Petri Ioannis Perpiniani uita et operibus (1530-1566)*, Parisiis, apud Retaux-Bray Editorem.
- Góis, Damião, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566. Coimbra, 1949-1955.
- Grimal, Pierre, (1986) *Cicéron*, Paris.
- História de Portugal*. Dir. José Mattoso. (1993) 2º vol. Lisboa.
- Lazeri, Petri, (1749) *Petri Ioannis Perpiniani Valentini e Societate Iesu Opera*. (3 vols.), Roma, Typis Nicolai et Marci Palearini.
- Lazeri, Petri, (1749) *De Vita et Scriptis Petri Ioannis Perpiniani Diatriba*. Roma, Typis Nicolai et Marci Palearini.
- The Oxford Classical Dictionary*. Edited by N.G.L. Hammond and H.H. Seullard. Oxford, At the Clarendon Press.
- Panegyriques latins*. Tome I (I-V). Texte établi et traduit par Édouard Galletier. Paris, Société d'Édition "Les Belles-Lettres". 1949.
- Pereira, Maria Helena da Rocha, (1984) *Estudos de História da Cultura Clássica*. Volume II – Cultura Romana.
- Quintilien, *Institution Oratoire*. Livre I et II. Texte établi et traduit par Jean Cousin, Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1975 (Livre I), 1976 (Livre II).
- Rodrigues, Francisco, (1931-1950) *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. I-IV. Porto.
- Soares, Nair de Castro, (1994) *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra.
- Soares, Cipriano, (1562) *De Arte Rhetorica. Libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*. Conimbricae.
- Sousa, António Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra, Atlântida, 1946-1953.
- Sousa, António Caetano, (1739-1748) *Provas de História Genealógica da Casa real Portuguesa*. Lisboa.
- Sousa, Fr. Luís de, (1844) *Annaes de Elrei D. João terceiro*. Lisboa.